

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Juizados Especiais Federais

Constitui fato de alta significação para Pernambuco e para o País a instalação deste “Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais no Âmbito da Justiça Federal”.

O tema está ligado à reforma do Poder Judiciário, tão reclamada pela sociedade, cuja efetivação não está adstrita apenas às alterações do texto constitucional. Para efetivá-la de maneira eficaz, é indispensável que se promulgue e modernize a legislação iinfraconstitucional, tendo em conta conceitos, princípios e regras adequados aos nossos tempos e especialmente às exigências de uma justiça rápida e eficaz.

Tendo a Emenda Constitucional nº 22, deste ano, acrescentado parágrafo único ao art. 98 da Constituição, prevendo que “lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal”, designei, com a aprovação do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, Comissão Especial para elaborar anteprojeto da aludida lei, a fim de submetê-lo, como sugestão, à elevada apreciação do Congresso Nacional. A Comissão constituída, presidida pelo Ministro Fontes de Alencar e integrada, também, pelos Ministros Sálvio de Figueiredo, Ruy Rosado de Aguiar, José Arnaldo da Fonseca e Ari Pargendler, redigiu texto inicial, a ser debatido neste simpósio por grandes especialistas da matéria, texto esse que, após os debates travados, sofrerá as alterações pertinentes, ensejando nova proposta, em face da qual, assim que me for enviada pela Comissão, abrirei prazo para novas sugestões de modificação pelos Juízes Federais de primeiro

e segundo graus de todo o Brasil e pelos especialistas na matéria. Findo o prazo estipulado e após redigido o texto final pela Comissão, pretendo encaminhá-lo ao Congresso Nacional, com pedido de que seja dada preferência à sua tramitação, dada à sua grande importância para o descongestionamento da Justiça Federal e para a população brasileira que recorre aos seus serviços.

A crise do Estado, na qual a crise do Judiciário se insere como um dos seus aspectos, decorre da gritante disparidade entre a demanda social e a resposta política. Hoje, não se pede ao Estado apenas proteção, mas muito mais que isso, e ele não tem poder suficiente para realizar o que dele se espera.

A deficiente estrutura do Estado, inadequada para atender às suas finalidades, gera excesso de regulamentação e de atos administrativos ensejadores de conflitos com os particulares (funcionários públicos, beneficiários da previdência social, empresas, etc.). São litígios fundados na legislação estatutária, previdenciária, tributária e financeira. Enseja, ainda, aquela deficiência a contínua edição de leis, muitas delas aprovadas e mal redigidas, causadoras de insegurança jurídica e, em decorrência, de litígios. Esses litígios ou lides, em número avassalador, vão sobrecarregar o Judiciário, estendendo-lhe as conseqüências da crise do Estado.¹

A Lei e a Justiça “compõem as duas faces deste universo sobre o qual gravitam todos os fenômenos jurídicos”. Há uma crise da Lei e uma crise da Justiça. Essas crises decorrem da “distorção entre a lei e os anseios sociais” e da “ineficiência da realização da justiça”. Daí que, com inteira pertinência, destacou o Desembargador Luiz Fux que “resplandece no céu do terceiro milênio, encartada numa das ‘Eras do Direito’, idealizadas pelo notável Norberto Bobbio, a ‘Era da Legitimidade’, resultante das novas expectativas quanto à ‘lei e à justiça’, emergentes das respostas à crise jurídica que agoniza no mundo que ora contemplamos”.

É o citado magistrado e professor, ainda, quem realça que a “crise judicial confina com a crise da lei”, assinalando que, “em outra medida, a ‘justiça da decisão’ depende da ‘justiça legal’, porquanto o magistrado tem como atividade precípua a submissão dos fatos às normas”.²

E, após dizer que “uma sentença em que se constrói o ‘jurídico’ antes do ‘justo’ se equipara a uma casa onde se erige o teto antes do solo”, endossando Plauto Faraco de Azevedo, preconiza a era de um poder judicial criativo “que atenda às exigências de justiça perceptíveis na sociedade e compatíveis com a dignidade humana, um poder para cujo exercício o juiz se abra ao mundo ao invés de fechar-se nos códigos, interessando-se pelo que se passa ao seu redor,

¹ Ver *Sálvio de Figueiredo Teixeira*. As Tendências Brasileiras Rumo à Jurisprudência Vinculante. *Informativo Jurídico da Biblioteca Oscar Saraiva*, Vol. 10, 1998. págs. 143-149.

² O que se espera do Direito no terceiro milênio, frente às crises das leis, da justiça e do ensino jurídico, aula magna proferida em 31.8.1998, Universidade Gama Filho.

conhecendo o rosto da rua, a alma do povo, a fome que leva o homem a viver no limiar da sobrevivência biológica”.³

É preciso, porém, repensar o Judiciário, objetivando a adoção de providências no sentido da efetividade dos direitos e da cidadania, na certeza de que justiça lenta e à qual tem acesso apenas parte da população é injusta. E, no desempenho dessa tarefa, impõe considerar não apenas, como até aqui tem acontecido, **os operadores do sistema judiciário**, mas especialmente **os consumidores** da justiça. Não se pode olvidar que, no regime democrático, a atuação precípua do Estado, mediante os seus órgãos, há de visar sempre à afirmação da **cidadania**. De nada adianta conferirem-se direitos aos cidadãos, se não lhes são dados meios eficazes para a concretização desses direitos.

As idéias sobre a matéria vêm sendo desenvolvidas em países da Europa e da América, em torno do que se convencionou chamar “acesso à justiça”, sendo relevantes a respeito os sucessivos trabalhos publicados por Mauro Cappelletti e Vittorio Denti.

Em suma, o que pretende essa corrente de pensamento é “a abertura da ordem processual aos menos favorecidos da fortuna e à defesa de direitos e interesses supra-individuais, com a racionalização do processo”, que “quer ser um **processo de resultados**, não um processo de conceitos ou de filigranas”.⁴ O que se almeja é a **efetividade do processo**, sendo indispensável, para isso, “pensar no processo como algo dotado de bem definidas destinações institucionais e que deve cumprir os seus objetivos sob pena de ser menos útil e tornar-se socialmente ilegítimo”.⁵ Acesso à justiça é o **acesso à ordem jurídica justa**, no dizer de Kazuo Watanabe. “Não tem acesso à justiça aquele que sequer consegue fazer-se ouvir em juízo, como também todos os que, pelas mazelas do processo, recebem uma justiça tarda ou alguma injustiça de qualquer ordem.”⁶

Com o objetivo de assegurar o acesso à justiça e à efetividade dos direitos, Mauro Cappelletti sustenta, com percuciência, que devem ser vencidos três obstáculos: o obstáculo econômico, o obstáculo organizador e o obstáculo procedimental.

A criação dos juizados especiais tem a ver especialmente, em tema de acesso à justiça, com a superação dos obstáculos econômico e procedimental, porquanto o obstáculo organizador refere-se à proteção de certos direitos ou interesses “difusos” ou “coletivos”.

³ Idem

⁴ Cândido Rangel Dinamarco, *A Reforma do Código de Processo Civil*. 4ª ed., 2ª tiragem, Malheiros, 1998, pp. 21 e 22.

⁵ Idem

⁶ Idem

Em tema de superação ao obstáculo econômico para fins de acesso à justiça, o legislador constituinte optou pela criação da Defensoria Pública (CF, art. 134). No tópico, a lei dos Juizados Especiais em vigor (Lei nº 9.099, de 26/9/95) dispõe, no seu art. 9º, que, “nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória”. Diz, ainda, no parágrafo 3º do citado artigo, que “o mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais”.

Com o objetivo de superar os obstáculos procedimentais, a referida lei em vigor estabelece a regra geral no sentido de que “o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação” (art. 2º).

Em suma, não de ter-se em conta, na elaboração, interpretação e aplicação de uma lei com tão altos propósitos de facilitar o acesso à justiça, as regras que visem estimular a busca da proteção do Estado pelo cidadão lesado, ainda que a lesão atinja direitos de menor complexidade e de reduzido valor econômico. A ofensa ao direito, por menor que seja, mais que ao cidadão ofendido, alcança todos os membros da sociedade regidos pela mesma ordem jurídica. Essas pequenas lesões repetidas, se não forem sanadas, transformam-se, aos poucos, em grandes lesões, além de estimular a impunidade, doença insidiosa que pode aflorar com todas as suas energias funestas e atingir os alicerces que sustentam a causa democrática.

Creio, por isso mesmo, que os Juizados Especiais devem ser vistos “como uma **nova justiça** posta à disposição dos cidadãos”, como sustentam, em sua conhecida obra, a Ministra Fátima Nancy Andrighi e o Desembargador Sidney Beneti. Não se trata de uma justiça dos pobres, porque, perante a Constituição, ricos e pobres devem merecer igual tratamento, mas de uma justiça opcional, sujeita a regimentos não-ortodoxos a que todos podem ter acesso, não importando a sua condição econômica.

Diante desse panorama e do êxito evidente obtido pelos Juizados Especiais no âmbito das Justiças estaduais, é que se antevêm belos debates sobre a criação dos Juizados Especiais Federais, que, embora devam seguir os mesmos princípios e a mesma filosofia do seu irmão mais velho, apresentam peculiaridades. Por isso mesmo, questões deverão ser resolvidas sobre a transação e a conciliação, o pagamento das condenações em dinheiro independentemente de precatório, a competência para julgamento dos recursos nos casos em que os juízes estaduais agem investidos de jurisdição federal, a competência dos Juizados Especiais em matéria de contravenção penal e outros temas envolvendo conflito entre o interesse público e o interesse privado.

Disse, no meu discurso de posse como Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que:

A construção do Estado democrático exige trabalho de ourivesaria jurídica e política. Requer habilidade, conhecimento e perseverança. Não é possível realizá-la com frases de efeito e, muito menos, com medidas bombásticas de poucos resultados práticos. É preciso fazê-la aos poucos, com sensibilidade, transparência e sentido público. Só assim será eficaz. Convém estimular os que querem ajudar nessa tarefa e apoiá-los na procura de solução de consenso, ou que, pelo menos, seja endossada por significativa maioria da sociedade.

Não há mais espaço para a discussão, até aqui pouco produtiva, entre os membros dos Poderes do Estado, os quais, diante de naturais divergências no equacionamento e solução dos problemas, têm optado por diatribes que, ao invés de engrandecer, aviltam os seus participantes ante a opinião pública. O povo percebe, intuitivamente, pouco poder esperar dos gestores da coisa pública que não se entendem na solução daquilo que consubstancia o interesse coletivo e partem para insultos, recurso utilizado por quem não tem argumentos. Esquecem-se tais gestores de que, antes de atingir o pretensão adversário, estão a frustrar as esperanças dos cidadãos na eficiência da atuação das autoridades constituídas.

Neste Seminário, segundo se verifica no programa apresentado, estaremos trabalhando todos, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com auxílio de conhecidos juristas, em prol do bem comum.

Congratulo-me, por isso, com este Tribunal, na pessoa do Dr. José Maria Lucena, pela iniciativa de realizar o Seminário, que, tenho certeza, será um grande êxito.

Muito obrigado.

* Discurso proferido em 25 de novembro de 1999 no “Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais no Âmbito da Justiça Federal”, Recife-PE.